



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Direito à educação e a atuação da coordenação pedagógica nas escolas públicas da Bahia: análise sobre a produção acadêmica de 2000- 2010

Luana Souza da Silva¹; Elizabete Pereira Barbosa²

1.Luana Souza da Silva, PIBIC/FAPESB, PEDAGOGIA, e-mail: silva.htjah@gmail.com

2.Elizabete Pereira Barbosa, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: betueufs@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação pedagógica; Direito à educação; Estudo de Revisão.

INTRODUÇÃO

O direito à educação no Brasil consolidou-se por meio de lutas sociais que possibilitaram sua inclusão legal na Constituição Federal de 1988 e em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996, Brasil, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990) e o Plano Nacional de Educação (PNE, Brasil, 2014). Contudo, sua efetivação depende diretamente das ações desenvolvidas no cotidiano escolar e nos processos educativos.

Este estudo é parte integrante do projeto intitulado “O projeto modernizador e a publicização da educação na Bahia”. Trata-se de um estudo de revisão sobre a temática da coordenação pedagógica e sua contribuição para a efetivação do direito à educação, questão ainda pouco explorada na produção acadêmica. A investigação é orientada pela seguinte questão: o que a produção acadêmica revela sobre as contribuições da coordenação pedagógica para a efetivação do direito à educação nas escolas públicas da Bahia?

Adotando abordagem qualitativa e revisão bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, foram analisadas dissertações e teses dos programas de Pós-Graduação em Educação das universidades baianas, entre 2000 e 2010, utilizando o Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O estudo teve como objetivo geral mapear e analisar a produção acadêmica sobre o tema, enquanto os objetivos específicos incluem aprofundar o conhecimento sobre estudos de revisão em Política Educacional; mapear trabalhos que abordam a coordenação pedagógica e compreender tendências e lacunas na produção acadêmica. É um estudo relevante que contribui para minimizar as lacunas no campo pois, a maioria dos estudos existentes se limitam a análises legais ou tecnicistas, sem contemplar os desafios cotidianos enfrentados pelo coordenador pedagógico na construção de uma educação equitativa e democrática.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de revisão do tipo Estado do Conhecimento, com o objetivo de mapear e analisar a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades baianas, entre 2000 e 2010, sobre o direito à educação e a atuação da coordenação pedagógica nas escolas públicas, utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES como principal repositório. De acordo com Ramos, Faria e Faria (2014), esse tipo de revisão requer rigor metodológico e transparência, garantindo uma análise crítica e consistente das produções já existentes. Ampliando essa visão, Vosgerau e Romanowski (2014) destacam que pesquisas dessa natureza enfatizam a problematização de temas e aspectos metodológicos, revelando lacunas, levantando indicadores e apontando referências teóricas que possam orientar e fortalecer novas investigações. Dessa forma,

o Estado do conhecimento é um “estudo descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis, como por exemplo, data de publicação, temas e periódicos (Universitas 2000 apud Vosgerau & Romanowski, 2014, p.171).

O processo investigativo envolveu levantamento de 85 dissertações e teses no Banco da CAPES, triagem por títulos e resumos; leitura integral; fichamentos das obras; identificação de temas; mapeamento do recorte histórico e geográfico de cada trabalho; e análise de tendências. Após a seleção, cinco trabalhos dialogavam diretamente com a pesquisa, sendo quatro dissertações e uma tese, provenientes da UFBA (duas dissertações e a tese) e da UNEB (duas dissertações), evidenciando a predominância de dissertações e a escassez de estudos aprofundados sobre a coordenação pedagógica nas escolas públicas da Bahia. A análise temporal mostrou que entre 2000 e 2010 o tema foi praticamente ausente, localizado apenas nos anos de 2002, 2006 e 2007, ressaltando a necessidade de investigações mais sistemáticas e consistentes, capazes de identificar lacunas, subsidiar a fundamentação teórica e reforçar o papel estratégico da coordenação pedagógica na efetivação de uma educação pública de qualidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O debate sobre o direito à educação nas escolas públicas da Bahia entre 2000 e 2010 mostra relevância, mas grande parte da produção acadêmica limita-se à análise de normas e políticas, pouco abordando a aplicação prática. A coordenação pedagógica, embora estratégica, é raramente tratada como elemento central, sendo mencionada de forma periférica e associada a desafios como sobrecarga de funções, condições de trabalho inadequadas, limitação de autonomia e desvalorização institucional.

A leitura apenas dos resumos das dissertações permitiu mapear a diversidade temática e geográfica dos trabalhos. Entre elas, destacam-se a dissertação de Maria Amélia Sampaio Góes (2002), que aborda a atuação do Ministério Público em Ilhéus; a dissertação de Daniela Machado Barbosa (2006), sobre o Ensino Fundamental em Salvador; a dissertação de Ana Lúcia Soares Conceição Araújo (2007), voltada para a Educação

Infantil em áreas periféricas; e a dissertação de Robenilson Nascimento dos Santos (2006), sobre a inclusão de alunos com deficiência visual em Salvador. Esses trabalhos confirmam que a coordenação pedagógica aparece de forma periférica, raramente sendo analisada como elemento central na efetivação do direito à educação. Por fim, destaca-se a tese de Selenia Castelão Rivas (2007), "A coordenação pedagógica itinerante: O cotidiano em duas Gestões Municipais", que foi lida na íntegra e aborda a prática da coordenação pedagógica itinerante.

A pesquisa mostra que a coordenação pedagógica muitas vezes atua de forma desarticulada de um planejamento institucional, embora seja central para articular políticas educacionais, prática docente, formação continuada e gestão democrática. Para Azevedo, Nogueira e Rodrigues (2012), sua função é essencial no gerenciamento, coordenação e supervisão do processo de ensino e aprendizagem, visando garantir o sucesso e a permanência dos alunos.

Em seguida, a pesquisa concentrou-se na análise integral da tese de Selenia Rivas (2007), "A coordenação pedagógica itinerante: práticas, desafios e formação", que se destacou por oferecer abordagem aprofundada sobre a prática da coordenação pedagógica itinerante em dois municípios do litoral da Bahia. Rivas realiza retrospectiva histórica e conceitual da função da coordenação pedagógica, enfatizando a formação inicial como essencial para consolidar sua prática. A pesquisa evidencia que a ausência de um coordenador fixo compromete a organização do trabalho pedagógico, gerando superficialidade na ação pedagógica e distanciamento em relação às necessidades concretas da escola. Nessa perspectiva, Placco e Souza (2012) destacam que o coordenador pedagógico deve articular o projeto educativo às necessidades da comunidade escolar, exigindo conhecimento profundo do contexto e presença constante. Rivas (2007) aponta desafios das coordenações itinerantes, como falta de recursos, interferências políticas e acúmulo de funções. Nesse cenário, os problemas das escolas públicas não podem ser atribuídos ao coordenador, que é sobrecarregado por um sistema de violência simbólica contra docentes e estudantes. Paro (2015) ressalta que o controle excessivo do trabalho docente transforma a escola em fábrica e os alunos em futuros trabalhadores subordinados à capital. Por isso, é urgente a implementação de políticas públicas que garantam formação, valorização e condições de trabalho ao coordenador, fortalecendo a gestão democrática e práticas pedagógicas emancipadoras, para assegurar o direito à educação e formar sujeitos críticos e cidadãos atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, entre 2000 e 2010, a produção acadêmica na Bahia pouco explorou o papel estratégico da coordenação pedagógica na garantia do direito à educação, mantendo-se em grande parte restrita a análises normativas. Evidencia-se, assim, a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o tema para aprofundar a compreensão dos desafios, práticas e contribuições desse profissional. Embora este estudo não contemple toda a complexidade do objeto investigado, ele busca dar voz a um silêncio ainda presente na produção acadêmica, trazendo à tona questões que precisam ser debatidas para fortalecer a gestão democrática e consolidar uma educação pública de qualidade,

reconhecendo a importância fundamental do direito à educação como garantia de formação de sujeitos críticos, atuantes e plenamente capazes de exercer sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Lucia Soares Conceição. **A criança como sujeito de direito: as interfaces das instituições comunitárias nas políticas de educação infantil**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007. Biblioteca depositária: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares.

AZEVEDO, Jéssica Barreto de; NOGUEIRA, Liliana Azevedo; RODRIGUES, Teresa Cristina. O coordenador pedagógico: suas reais funções no contexto escolar. Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas, **Campos dos Goytacazes**, v. 4, n. 2, p. 21-30, 2012.

BARBOSA, Daniela Machado. **O ensino fundamental e o direito à educação: um estudo das normas constitucionais no município de Salvador**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Biblioteca depositária: Biblioteca Anísio Teixeira e Biblioteca Central da UFBA.

GÓES, Maria Amélia Sampaio. **Educação e cidadania: a dimensão pedagógica do Ministério Público na guarda do direito à educação de crianças e adolescentes**. 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Biblioteca depositária: Biblioteca Anísio Teixeira.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015
RAMOS, A.; FARIA, P.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v.14, n. 41, p. 22, jan./abr. 2014.

RIVAS, Selenia Castelhão. **A coordenação pedagógica itinerante: o cotidiano em duas gestões municipais**. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Biblioteca depositária: Biblioteca da FAGED e Biblioteca Central da UFBA.

SANTOS, Robenilson Nascimento dos. **Políticas públicas de apoio à inclusão educacional: um estudo sobre a articulação entre o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP e a escola**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Biblioteca depositária: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.